

Contradições retardam perfil da nova Constituição

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

BRASÍLIA — Conservadora na organização da economia; avançada no campo social; inovadora e moderna nas questões da soberania popular, direitos individuais e coletivos; casuística na organização do Estado (criou novos estados, de sobrevivência econômico-financeira discutível, e elevou Amapá e Roraima a essa categoria); descentralizadora no sistema tributário e vivendo um impasse nos setores de comunicação, ciência, tecnologia e educação por falta de um entendimento entre esquerda e direita. Até o final da tarde de ontem, esse era o retrato da Constituição, que por enquanto assegura a Sarney seus cinco anos de mandato, mas em compensação o obriga a dividir o poder, a partir de março de 1988, com um primeiro-ministro cuja autonomia é bem maior do que gostaria o Palácio do Planalto.

Essa nova Constituição começou a se definir a partir de sexta-feira, quando as oito comissões temáticas da Constituinte iniciaram um fim de semana de sessões permanentes para votar o trabalho dos seus relatores.

Vitórias e derrotas — Conservadores e progressistas, direita e esquerda ganharam e perderam em cada comissão, e passarão esta semana contabilizando as derrotas e vitórias, preparando-se para a terceira fase dos trabalhos: a batalha dentro da comissão de Sistematização, que deverá compatibilizar vários projetos contraditórios.

A maior vitória conservadora foi na Comissão da Ordem Econômica. Ali, como admitiu o deputado Afif Domingos (PL-SP), o diálogo foi substituído pela "estratégia". Trocando em miúdos, prevaleceu o rolo compressor da direita, que ignorou o regimento interno e o parecer do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Sem poder apresentar um substitutivo (um parecer alternativo ao do relator), os conservadores apresentaram três emendas amplas que, no conjunto, valiam uma, e, no grito, com a convivência do presidente da comissão, deputado José Lins (PFL-CE), aprovaram-nas antes de votar o parecer.

O resultado, pelo menos por enquanto, é a inviabilização, na prática, da reforma agrária. As desapropriações de terra, pelo que foi decidido até o momento, deverão ser pagas em dinheiro e não mais em títulos da dívida agrária. Muda também o conceito de empresa nacional. Será empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle acionário esteja com pessoas físicas e jurídicas residentes aqui ou por entidades de direito público interno.

Para tentar contornar a situação, os progressistas tinham como certa a aprova-

ção de uma emenda do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) na Comissão da Ordem Social, determinando que cada trabalhador rural terá direito assegurado a propriedade "na forma individual, cooperativa, condominial, comunitária ou mista". Um parágrafo dessa emenda estabelecia que, para isso, o estado promoverá a desapropriação das terras necessárias, pagando-as com títulos da dívida pública.

Conquistas — Já os progressistas foram amplamente vitoriosos na Comissão da Ordem Social. Pelos menos nessa fase da Constituinte, a estabilidade no emprego fica garantida ao final dos 90 dias de contrato de experiência e a jornada de trabalho será de 40 horas semanais, além de os sindicatos ficarem livres da tutela do Ministério do Trabalho e ser amplo o direito de greve. Os índios tiveram garantido o direito de possuírem sua própria organização social.

Sarney começou a ganhar os cinco anos de mandato na Comissão da Organização Eleitoral, confirmando-os depois na Comissão da Organização dos Poderes. No entanto, deverá amargar a perda de muitos dos poderes imperiais da presidência, dividindo-os com um primeiro ministro que lhe indicará os ministros a serem nomeados e terá o poder da iniciativa de leis. Dizia-se no PMDB que o mandato de Sarney expiraria mesmo a 15 de março de 1988, quando deverá indicar o nome do primeiro-ministro à Câmara.

No Poder Judiciário, os progressistas tiveram, por enquanto, vitórias e derrotas. Assim, a justiça do trabalho só se pronuncia sobre greves se for convocada para isso. Em compensação, perderam o tribunal constitucional que terá suas funções absorvidas pelo STF, que ganha também mais cinco ministros.

A esperança dos progressistas está agora com a comissão da soberania, que aprovou o Tribunal das Garantias Constitucionais. Ali, foi admitida a criação do defensor do povo e isso será outro problema para a Comissão de Sistematização. Afinal, a Comissão da Organização dos Poderes decidiu que isso será competência do Ministério Público, que terá autonomia diante do Executivo.

Uma votação que juntou conservadores e progressistas foi a aprovação do sistema distrital misto. Agora, parte dos candidatos será eleita em distritos e outra parte mediante listas apresentadas pelos partidos. O sistema será regulamentado posteriormente.

Todas essas mudanças, entretanto, ainda passarão por várias etapas de debates e votações na Comissão de Sistematização, que inicia hoje suas atividades, e no plenário da Constituinte.

As mudanças, até agora

■ Mandato de cinco anos para o presidente Sarney e seus sucessores. Ou seja, eleição direta apenas em 1989.

■ Parlamentarismo inspirado nos modelos francês e português a partir de 15 de março de 1988. Para não atingir os ministros militares, não haverá moções individuais de desconfiança. O gabinete só cairá coletivamente. O Congresso só será dissolvido se, ao rejeitar três indicações para primeiro-ministro, não conseguir aprovar dois nomes como sugestão.

■ Cria-se o Conselho da República, integrado pelos presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal, da Câmara e do Senado e pelo primeiro-ministro e líderes da Maioria e da Minoria.

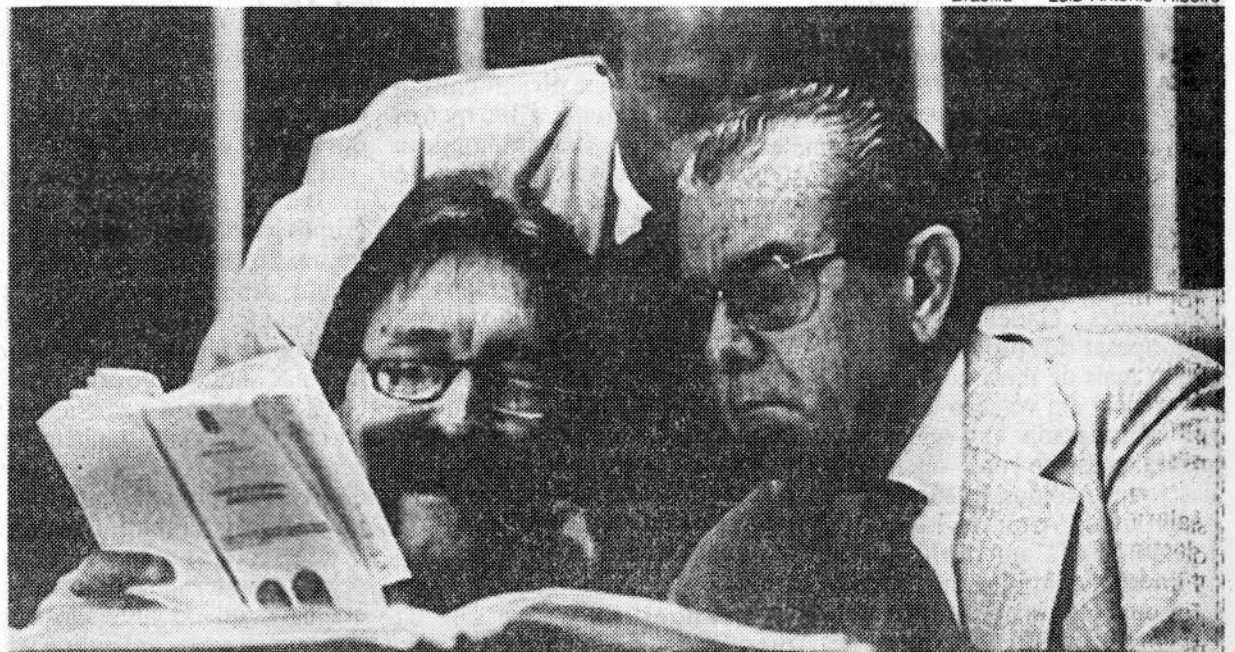
■ São criados seis novos estados — Maranhão do Sul, Tapajós, Santa Cruz, Triângulo, Amapá e Roraima.

■ Eleição direta para governador distrital e 24 deputados em Brasília, no dia da eleição do presidente da República.

■ Surge o sistema distrital misto: ao votar para deputado, o eleitor escolhe dois candidatos, um do seu distrito e outro de uma lista geral de candidatos do partido.

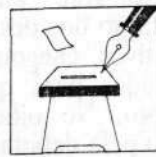
■ Está mantida a eleição de prefeito em 1988

Juizados especiais julgarão infrações que não provoquem perda de liberdade.



Prisco mostra a Passarinho a Constituição, da qual adotou o artigo dos militares

Esquerda perde na Organização Eleitoral



BRASÍLIA — As Forças Armadas e os moderados foram os vitoriosos na Comissão da Organização Eleitoral que aprovou, com poucas alterações, o relatório do deputado Prisco Viana (PMDB-BA). A esquerda não conseguiu nenhum avanço porque os progressistas do PMDB tiveram uma presença flutuante em plenário, sendo substituídos, quase sempre, por suplentes moderados. Como novidades, a proposta da comissão apresenta o estado de defesa, o conselho constitucional, o voto distrital misto e o defensor do povo.

Se prevalecer o relatório de Prisco, continuará inalterado o papel das Forças Armadas, responsáveis "pela defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem." O voto deverá continuar sendo obrigatório e permitido somente para maiores de 18 anos.

As eleições de presidente da República, governadores e prefeitos será em dois turnos, sem direito a reeleição. O mandato presidencial será de cinco anos — incluindo o do presidente José Sarney. Não foi fixado o mandato dos prefeitos, o que será feito pela Comissão de Sistematização, mas foi rejeitada a tese de man-

dato-tampão de dois anos, previsto pelo relator para os prefeitos a serem eleitos ano que vem.

A proposta prevê o sistema de voto distrital misto. O eleitor escolherá dois candidatos para a Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa de seu estado. Um pelo voto nominal, dado a um dos candidatos registrados no distrito do eleitor e outro ao partido. Os votos dados na legenda seriam distribuídos entre os candidatos de listas aprovadas em convenção.

O relatório estabelece ainda que a fidelidade partidária será regulada pelos estatutos dos partidos e as assembleias legislativas terão cinco meses para elaborar as novas constituições estaduais.

Estado de defesa — Foi proposto o estado de defesa, a ser decretado pelo presidente da República, ouvido o conselho constitucional, "para preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções."

A vigência do estado de defesa seria de 30 dias, mas o Congresso, de acordo com o relatório, poderá rejeitá-lo "sem prejuízo da validade dos atos lícitos praticados durante sua vigência". O conselho

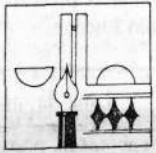
constitucional teria a função de consultoria política para assuntos referentes à ordem pública e à paz social. "É presidido pelo presidente da República e dele participam o vice-presidente, os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o ministro da Justiça e um ministro representante das Forças Armadas," diz o projeto aprovado pela comissão da Organização eleitoral.

O estado de sítio decretado pelo presidente da República mas apreciado pelo Congresso, é transformado, no relatório de Prisco, em instância superior ao estado de defesa. Entre as restrições previstas no estado de sítio estão: detenção de pessoas em qualquer local; censura à imprensa, ao rádio e à televisão; suspensão da liberdade de reunião e da inviolabilidade do lar; requisição de bens; e intervenção nas empresas de serviços públicos.

O PT conseguiu aprovar emenda do deputado José Genoíno, que diz: "A decretação dos estados de defesa e de sítio não poderá atingir o direito à vida, integridade e identidade pessoais; a não-retroatividade da lei criminal; a liberdade de consciência e religião; e o direito de defesa." Insatisfeitos com o relatório, os petistas responsabilizaram o PMDB por sua aprovação.

Egídio aceita privilégio de ministro militar

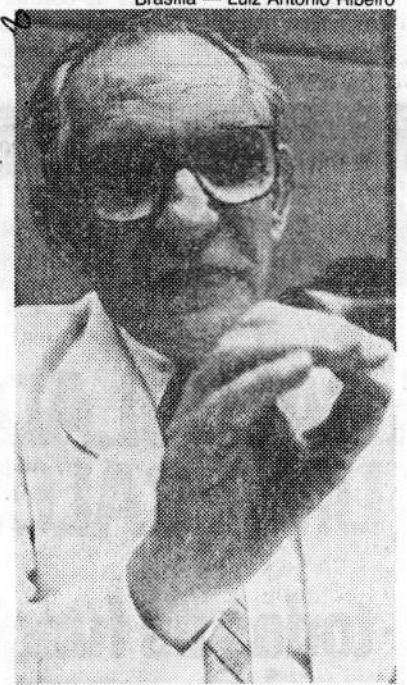
Brasília — Luiz Antônio Ribeiro



BRASÍLIA — Num emocionado discurso pronunciado na madrugada de ontem, o relator da Comissão de Organização dos Poderes, Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), alterou seu projeto para permitir que no sistema parlamentarista os militares só sejam destituídos quando cair todo o gabinete. Pelo artigo aprovado nessa etapa intermediária dos trabalhos, o parlamentarismo brasileiro não preverá destituições individuais ou plurais de ministros, porque as moções de confiança atingirão o gabinete coletivamente.

"Os militares ainda não estão preparados para moções individuais de censura. Mas eu tenho certeza de que um dia eles vão se democratizar", disse Egídio Ferreira Lima, cedendo, numa exigência fundamental, aos constituintes que seguem a orientação do Palácio do Planalto. Desde o início da noite, até a votação deste artigo, o relator estava afônico, pedindo sempre que algum parlamentar falasse em seu lugar quando se tratava de defender uma idéia do projeto.

Falta de condições — Ele só voltou a falar ao entrar em votação o artigo referente aos militares, quando admitiu que o país ainda não tem condições políticas para permitir a derrubada individual de ministros militares. Mas essa guinada não o deixou tão contrariado quanto se esperava. A comissão terminou aprovando os elementos básicos do parlamentarismo proposto pelo relator e, também de madrugada, aprovou o primeiro e principal artigo desse sistema, o que dispõe claramente que "o presidente da República é o chefe do Estado".



Egídio cedeu ao Planalto

Em outro artigo, o projeto diz que "o governo é constituído pelo primeiro-ministro e demais integrantes do Conselho de Ministros". "Isso é excelente. A partir do próximo ano o governo estará nas mãos de um primeiro-ministro e as atribuições do presidente da República se limitarão às incumbências de um chefe de Estado", disse o relator ontem de manhã. Num último recurso para proteger o presidente Sarney desse parlamentarismo, constituintes presidencialistas conseguiram adiar para 15 de março de 1988, e

não para o dia da promulgação da Constituição, a nomeação do primeiro-ministro.

Sustentação — Caso seja aprovado o Projeto Constituinte, o presidente da República terá tempo de compor uma maioria parlamentar no Congresso, base de sustentação praticamente inexistente hoje, com o frágil apoio do PMDB e do PFL. Sarney deverá indicar seu primeiro-ministro após consulta aos partidos com representação majoritária na Câmara e, se esse nome for rejeitado, deverá fazer uma nova indicação no prazo de 10 dias. Na hipótese de a Câmara rejeitar pela terceira vez os nomes por ele apresentados, deverá apresentar ela mesma uma lista dúplice sugerindo um novo primeiro-ministro.

Pelo projeto aprovado, o presidente da República tem o poder de nomear e exonerar o primeiro-ministro, mas para exercer esse último poder terá que provar que isso é indispensável para assegurar o funcionamento regular da administração e das instituições democráticas. Já os outros ministros só serão exonerados a pedido do primeiro-ministro. Próximo dos modelos francês e português de parlamentarismo, o projeto de Egídio dá ao primeiro-ministro todas as atribuições de um governante, até a de prover e extinguir os cargos públicos.

O Parlamento também sai fortalecido. A Câmara dos Deputados fica com poderes para impedir qualquer cidadão, através de moção ao primeiro-ministro, de continuar a exercer cargo ou função de confiança no governo federal, inclusive na administração indireta. A comissão decidiu também que durante cinco anos a nova Constituição não poderá ser emendada.